

OS IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA SULCROALCOOLEIRA NA REGIÃO DO VALE DO IVAÍ-PR: O caso da Cooperativa Agroindustrial do Vale do Ivaí – COOPERVAL¹

Juliana Cristina Teixeira Domingues²

Dos Objetivos e das Hipóteses

A efervescência em torno da discussão sobre novas formas de energia³, sobretudo o álcool brasileiro possibilitou que o biocombustível tornasse foco de inúmeras pesquisas. Também permitiu que o segmento caracterizado como uma das áreas do agronegócio que mais absorve mão-de-obra sem qualificação (cortador de cana-de-açúcar) alcançasse o ápice de sua transformação. Certamente a transformação tecnológica nos canaviais se caracteriza como sendo o principal foco pesquisado por autores como Eid (1996); Garcia (2005); Figueira (2005), em virtude de aspectos como: exigência de super especialização para o aumento de produção sucroenergética, biocombustível como inovação tecnológica, heteroginização e complexificação do setor, etc. Entretanto, as pesquisas voltadas para o outro vértice desse processo produtivo - o trabalhador - na maioria das vezes se restringem a questões, como: saúde (ALVES, 2006); precarização do trabalho (SILVA, 2004; IAMAMOTO, 2001; NAVARRO, 2003), tendo o cortador de cana-de-açúcar como sujeito central. Ao se retratar o contexto do trabalhador da indústria os estudos se dirigem para o mundo organizacional. Assim, pouco se tem relatado no tocante aos impactos sociais e econômicos que esta substituição gera em seus pólos de produção. Sendo este o alicerce interrogativo do qual tratou esse trabalho, o qual

¹ Este trabalho se refere aos resultados da dissertação de conclusão de mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina, sob orientação da Prof^a. Dr^a Simone Wolff, defendido em Dezembro de 2009.

² Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina, professora titular do Curso de Serviço Social da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, coordenadora do Projeto de Extensão de Penas Alternativas junto a Comarca de Marilândia do Sul/PR, Apucarana/Brasil.

³ Sobre energia renovável concorda-se com o pensamento de Marconato e Santina (2008, p. 16) onde diz: “A descoberta de novas fontes energéticas, que venham substituir as fontes tradicionalmente utilizadas, como os recursos fósseis e hidráulico, tem-se tornado uma necessidade crescente a nível mundial e nacional. Vários fatores são condizentes a esse processo, podendo-se citar: fatores econômicos, fatores políticos e fatores ambientais”.

teve como objetivo conhecer os efeitos sócio-econômicos⁴ ocasionados aos municípios de Bom Sucesso, Jandaia do Sul e Marumbi através da reestruturação produtiva de uma das maiores empresas da região⁵, a Cooperativa Agroindustrial do Vale do Ivaí (COOPERVAL⁶), unidade agroindustrial voltada à produção de álcool e açúcar, que emprega cerca de dois mil trabalhadores (ALCOOPAR, 2008).

Dessa forma, não é intenção deste estudo defender o tipo de trabalho degradante, como o corte de cana-de-açúcar tendo em vista os vários estudos que já versaram acerca do assunto. Porém não se pode negar que a transformação desse segmento através da substituição de trabalho vivo por trabalho morto⁷ igualmente trouxe conseqüências negativas à economia regional como um todo.

Pode-se identificar pelo menos três elementos, que serviram de hipótese para justificar a preocupação em relação à reestruturação produtiva da COOPERVAL:

- a) O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios de Bom Sucesso e Marumbi extremamente baixo referenciando o coeficiente de 0,73 respectivamente, compatível com municípios do semi-árido brasileiro, necessitando de medidas protetivas de cunho social para amenizar as desigualdades e dependendo basicamente dos repasses do governo federal através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para manter a política social, o impacto do desemprego em massa através da reestruturação produtiva da COOPERVAL acarretaria o agravamento deste quadro.
- b) O êxodo de trabalhadores para grandes centros, pela eliminação dos postos de trabalho na região através da mecanização da colheita, e;
- c) O impacto econômico, enfraquecendo o comércio e a rede de serviços local, o que acarretaria em mais perdas de postos de trabalho.

⁴ Como reflexos socioeconômicos, entenda-se todo o arcabouço de problemas ocasionados pela luta entre o capital e o proletariado.

⁵ Fazem parte desta região, além dos municípios supracitados: Apucarana, Arapuá, Ariranha do Ivaí, Barboza Ferraz, Borrazópolis, Califórnia, Cambira, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jardim Alegre, Kaloré, Lidianópolis, Lunardelli, Marilândia do Sul, Mauá da Serra, Novo Itacolomi, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí e São João do Ivaí.

⁶ Embora a COOPERVAL esteja inserida na região do Vale do Ivaí a qual conta com 25 municípios, a delimitação dos três municípios citados se dá devido ao fato da empresa ter sua sede no município de Jandaia do Sul, entretanto, sua destilaria e indústria se localizam na divisa dos municípios de Bom Sucesso e Marumbi.

⁷ Em relação ao conceito de trabalho vivo e trabalho morto (MARX, 2002), traz que é o movimento que o capital engendra na produção da força de trabalho substituindo-a por máquinas. Nas palavras de Marx (2002, p. 113): "Substitui o trabalho por máquinas, mas encaminha uma parte dos trabalhadores para um trabalho cruel e transforma os outros em máquinas".

Hipóteses estas que fundamentaram a escolha da unidade pesquisada (COOPERVAL), por considerar: (i) o número reduzido de estudos em relação à reestruturação produtiva no setor sucroalcooleiro no estado do Paraná, particularmente em relação aos impactos socioeconômicos na região relacionada; (ii) a realidade vivida pela região na dependência (sócio-econômica) quase que exclusiva da monocultura da cana-de-açúcar; e (iii) por ser a COOPERVAL reconhecida em âmbito estadual como uma empresa que se preocupa com o social e com meio ambiente.

Desse modo, a contribuição deste trabalho ocorreu através da produção de conhecimento científico sobre a temática em estudo, promovendo e divulgando informações, de forma a debater sobre a reestruturação produtiva ocorrida no setor sucroalcooleiro, especificamente nos municípios de Bom Sucesso, Jandaia do Sul e Marumbi; apresentou a contextualização teórica sobre o tema enfocando seus aspectos mais recentes; explicitou as ações realizadas pela Reestruturação Produtiva da COOPERVAL; e, verificou os reflexos dessas mudanças no contexto socioeconômico da região onde esta inserida a unidade pesquisada.

O Problema

A transformação tecnológica da agroindústria canavieira não é, de forma alguma, um fenômeno recente. Ao nos reportarmos a sua história, observa-se que a mesma sempre se adaptou aos movimentos do capital. Inicialmente, no século XV, sua produção se caracterizava por ser realizada de forma rudimentar e artesanal. Os moinhos de cana-de-açúcar eram movidos através do método de tração animal (CALÓGERAS,1957). Entretanto, não demorou em ocorrer mudanças na forma de trabalho dos engenhos, através da substituição da tração animal pelos modernos engenhos d'água (o copeiro e o rasteiro), o que foi considerado como grande progresso tecnológico para época.

Conforme Mathias (1972, p. 150),

Antes dos melhoramentos introduzidos pelos holandeses durante a ocupação no nordeste, eram empregados, além das primitivas engenhocas de tração animal, dois tipos de engenhos movidos a água: os *copeiros* quando a água caía no alto da roda – e os

rasteiros ou *meio-copeiros* – quando a água atingia a roda pelo meio ou abaixo do eixo.

Entretanto numa conjuntura contemporânea as transformações ocorridas após a década de 1940, através da política de crescimento econômico fundamentada na doutrina Keynesiana de pleno emprego e concomitantemente a presença do Estado interventor através do Welfare State e seu postulado de políticas sociais, juntamente com a crise do petróleo dos anos 1970, são fundamentais para caracterizar a conjuntura política em que as mudanças no setor se fundamentaram.

Embora não se possa falar em Estado de Bem Estar Social no Brasil, a postura de estado intervencionista era presente em alguns setores brasileiros, sendo o segmento sucroenergético, uma das áreas que sempre teve uma rígida regulação estatal⁸, tanto em relação ao seu processo produtivo, como também em sua comercialização. Entretanto nos anos de 1980, quando o setor encontrava-se em seu primeiro grande estágio de crescimento, o país perpassa por sérias mudanças políticas (período de diretas já e fim do regime ditatorial), as quais desencadearam elevadas taxas de juros e o aumento exorbitante da inflação. Segundo Nogueira (2000, p. 116) “em 1985, ancorado na contenção das tarifas públicas e da inflação, incluindo combustíveis (álcool) com preços tabelados, a intensificação de regulação do estado acaba por aumentar.” Como consequência o setor sucroalcooleiro entra em declínio ocasionando em seguida sua primeira crise. Quadro este que somente viu mudança no final da década de 1990 com a abertura de mercado, e o início do processo de reestruturação produtiva do setor.

Embora o primeiro ramo a perpassar por transformações na agroindústria canavieira tenha sido as destilarias de cana-de-açúcar, é a transformação tecnológica na lavoura sucroalcooleira que tem causado maior impacto. Sua característica principal está na introdução de maquinários e substituição do trabalho manual, no plantio e na colheita da cana-de-açúcar, por trabalho mecânico. Embora esta discussão esteja em foco apenas no último quinquênio, a utilização de máquinas para o corte de cana-de-açúcar se data desde a década de 1960⁹ (PAIVA,

⁸ Em relação a regulação estatal ver Soares (2003) e Garcia (2005).

⁹ Segundo Paiva (2009: 22) a primeira colhedora de cana-de-açúcar era denominada Modelo 115, e, foi criada pela família Ribeiro Pinto em 1960, por meio de sua empresa a Santal Indústria de Máquinas e Equipamentos. Em 1990 a Santal inova novamente apresentando o modelo Amazon para o corte de cana-de-açúcar crua, ou seja, cana-de-açúcar *natura* não havia mais a necessidade de queimar a cana-de-açúcar antes de cortar, devido ao fato de não utilizar força de trabalho o risco de acidentes através de animais peçonhentos era nulo.

2009, p. 22). Nessa época a idéia de mecanização das lavouras de cana-de-açúcar era tímida, devido ao fato da mecanização do processo não ser viável financeiramente e pela abundância de força de trabalho. Principalmente ao se considerar a grande demanda de trabalhadores rurais, oriundos de outras culturas como o café e o algodão que estavam em declínio, os quais custavam menos no processo do que o corte mecanizado. Contudo, a preocupação atual em relação à questão ambiental fez com que esse processo se solidificasse. Assim, segundo Fredo et al (2007) somente no ano de 2007 com 41% da colheita de cana-de-açúcar de São Paulo mecanizada houve uma diminuição de – 4,3 % dos postos de trabalho. Embora venha ocorrendo a (re)qualificação desses trabalhadores para o manejo das máquinas, nem todos são (re)absorvidos pelo setor. Foco este central, pois a não absorção desse trabalhador acabou por refletir diretamente no aumento da desigualdade e dos problemas sociais das regiões onde estão inseridas as unidades canavieiras, como é o caso da região do Vale do Ivaí.

A Unidade Pesquisada

A COOPERVAL como é conhecida, atua no ramo agrícola, mais especificamente no setor sucroalcooleiro. Foi fundada, no ano de 1980 no auge do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), com a finalidade de possibilitar aos produtores locais, novas fontes de renda através do sistema cooperativo subsidiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS). Também, teve a finalidade de (re)alocar os trabalhadores rurais excluídos após o declínio da cultura cafeeira e de algodão na região.

Devido a conjuntura de substituição de trabalho vivo por trabalho mecânico e as mudanças gerenciais e tecnológicas ocorridas no interior da indústria capitalista, a COOPERVAL, em agosto de 1996 iniciou a implantação do Programa de Qualidade Total com o objetivo de implementar novas técnicas de gerenciamento e contínuos investimentos a capacitação e autodesenvolvimento profissional de todos os seus diretores e funcionários. Com essa visão na continuidade do processo de evolução tecnológica a partir de janeiro de 1998, iniciou à implantação prática do “Gerenciamento da Rotina” criando-se as “Unidades Gerenciais Básicas” (UGB's),

sendo este trabalho consolidado com a implantação do Sistema de Gestão da Qualidade, baseado nos requisitos da Norma ISO 9001:2000, dando início a um plano de redução de custos industriais, através da diminuição de postos de trabalho e sua substituição pela colheita e processo industrial mecanizado, o que tem refletido drasticamente na questão socioeconômica local.

Devido ao fato da COOPERVAL ter se atualizado e se ajustado aos novos padrões gerenciais e tecnológicos determinados pelas últimas tendências capitalistas de produção e consumo na área sucroalcooleira, entendemos que sua escolha para a realização dessa pesquisa forneceu importantes subsídios para a compreensão das questões levantadas. Assim, o universo empírico desse trabalho constituiu-se como um campo por excelência para a análise das novas configurações, que se objetivam nos conhecimentos dos impactos sociais e econômicos que a reestruturação de seus serviços refletiu na comunidade local.

A base Conceitual

Como exposto o objetivo central deste trabalho foi conhecer e revelar os impactos socioeconômicos causados aos municípios de Bom Sucesso, Jandaia do Sul e Marumbi através da reestruturação produtiva da COOPERVAL.

Como impactos socioeconômicos entendemos os resultados do antagonismo engendrado entre o capital e o trabalho, ou, “questão social”. Segundo Paulo Netto (2001) pode-se entender como conceito de “questão social” os reflexos acarretados pela exclusão da produção socialmente adquirida, através do estranhamento da classe trabalhadora e pela sua permanente luta contra a hegemonia da classe burguesa, estabelecida no advento do modelo capitalista.

Como impacto social entende-se o aumento da miséria/pobreza, os altos índices de desigualdade social e o desemprego estrutural, categorias estas que embasam as análises da exclusão social produzida pelo capital.

Com o advento do modelo capitalista o produtor vê sua força de trabalho ser expropriada a ponto de vender seu único bem em troca de salário. Contudo essa transformação de produtor a assalariado operário não ocorreu sem resistência. Devido a precariedade e os índices de miserabilidade em que foi submetida à classe

trabalhadora, inicia-se um processo de reação, através de manifestações, greves e as quebras das máquinas (MARTINELLI, 2001).

Em resposta, o capitalismo inicia o processo de retração dos seus efeitos principalmente devido ao fato de temer a permanência das reações da classe trabalhadora, através do financiamento de medidas protetivas junto ao Estado, transformando a prática de ajuda vinculada a questão religiosa em políticas sociais. Segundo Sposati (1990, p. 11),

As políticas sociais organizam as formas e o acesso social dos trabalhadores aos serviços e equipamentos de consumo coletivo a partir do papel conjuntural que o Estado desempenha na gestão da força de trabalho, ao tomar para si a função de regulador das demandas sociais e agente regulador da vida social, o Estado poderá, ou não, colocar-se numa esfera de administração das crises do capital, dimensionando suas ações a partir de instâncias e/ou áreas específicas de intervenção.

Baseado nessa filosofia de “administrador de crise” emerge na década de 1920 o modelo de Estado de Bem Estar Social (*Welfare State*), o qual encontrou seu ápice entre os anos de 1940 até meados dos anos de 1970 (conhecido como “anos dourados”)¹⁰, através de um pacto social entre os dirigentes do movimento trabalhista e a burguesia, solidificando a social democracia na Europa. Tinha como uma de suas principais funções amenizar os reflexos ocasionados pelo capital e pela crise que se estabeleceu após a Segunda Guerra através da implantação de políticas de pleno emprego (baseada nos postulados keynesianos) e consumo em massa (Quadro 1). Nas palavras de Silva (2007, p. 56),

O Estado de Bem Estar Social pode ser definido como um sistema econômico baseado na livre empresa, mas com acentuada participação do Estado na promoção dos benefícios sociais. Não se tratava de uma economia estatizada, as empresas respondiam pelo incremento e realização da produção. Ao Estado cabia a aplicação de uma progressiva política social possibilitando a execução de programas de moradia, saúde, educação, previdência social, e, principalmente, política de pleno emprego.

Esse modelo de Estado intervencionista tinha como alicerce a base de produção taylorista/fordista, a qual se caracterizava por ser rígida, altamente hierarquizada, centralizada, demandando um contingente elevado de trabalhadores

¹⁰ Como “anos dourados” entende-se o período pós Segunda Guerra Mundial que configura-se dos anos de 1940 até meados dos anos de 1970, onde o Capitalismo encontra ‘solo propício’ para sua expansão em âmbito Mundial. Para uma análise bastante rica deste período, ver Hobsbawm (1995).

o que respondia a política do Welfare State através dos altos índices de empregabilidade ou proletarização (SILVA, 2007).

Assim, (Quadro 1) o papel desempenhado pelo Estado de Bem Estar Social frente ao Capital era de regulador dos conflitos sociais, atuando nos segmentos vitais tanto no aspecto político, econômico e, principalmente, como frente de resposta a desigualdade social.

No entanto, devido sua fundamentação nos ditames da produção em massa e na dependência do modelo fordista/taylorista de emprego, no final dos anos de 1960 inicia-se o processo de declínio. Pois, ao mesmo tempo em que o padrão taylorista/fordista de desenvolvimento, sob a égide dos EUA, permitiu a expansão do capitalismo em âmbito mundial visto a partir da internacionalização da produção, a recuperação das economias européia e japonesa, a dinamização das multinacionais inseridas nos países ditos periféricos e a progressiva expansão do capital financeiro; gerou também uma crise sem precedentes. Nas palavras de Silva (2007, p. 116).

A crise de regulação estatal pode ser vista através da queda na taxa de lucro, ocasionada entre outros motivos pelo aumento do custo da força de trabalho, hipertrofia do campo financeiro, o qual tornou-se praticamente autônomo frente ao capital produtivo, maior concentração de capitais em função das fusões entre as empresas e por fim na crise do modelo de Estado de Bem Estar Social, cujo cerne, situado na crise fiscal, gerou sucateamento dos mecanismos de proteção social e transferência destes para a iniciativa privada

Para Brenner (1999) o que gerou a crise foi, portanto um problema que encontra raízes na própria estrutura do padrão de acumulação capitalista¹¹. Em linhas gerais, a superprodução gerada em decorrência do acirramento da competição internacional engendrou em última análise a crise desencadeada nos anos de 1960 e 1970 sentida até os dias atuais. Dessa forma a crise do chamado padrão de regulação que norteou o mundo capitalista a partir do segundo pós guerra, é portanto uma crise do próprio modelo de acumulação, configurando uma

¹¹ Para Brenner (1999, p. 12-13) a crise encontra seus fundamentos “numa crise secular de produtividade que resultou do excesso constante de capacidade e de produção do setor manufatureiro internacional. Em primeiro lugar, o grande deslocamento do capital para as finanças foi a consequência da incapacidade da economia real, especialmente das indústrias de transformação, de proporcionar uma taxa de lucro adequada. Assim o surgimento de excesso de capacidade e de produção, acarretando perda de lucratividade nas indústrias de transformação a partir da década de 1960, foi a raiz do crescimento acelerado do capital financeiro a partir do final da década de 1970 [...]. As raízes da estagnação e da crise atual estão na compreensão dos lucros do setor manufatureiro que se originou no excesso de capacidade e de produção fabril, que era em si a expressão da acirrada competição internacional.

crise de espectro estrutural e não conjuntural. Assim Antunes, citando Holloway, indica que:

A crise capitalista não é outra coisa senão a ruptura de um padrão de dominação de classe relativamente estável. Aparece como uma crise econômica, que se expressa na queda da taxa de lucro. Seu núcleo, entretanto, é marcado pelo fracasso de um padrão de dominação estabelecido [...]. Para o capital, a crise somente pode encontrar sua resolução através da luta, mediante o estabelecimento da autoridade e através de uma difícil busca de novos padrões de dominação (HOLLOWAY apud ANTUNES, 1999, p. 31).

Concomitantemente a esse processo o paradigma tecnológico que conjugava o taylorismo/fordismo com as proposta keynesianas e o Welfare State, também foi atingindo por um elemento no qual não se podia subestimar, novamente as revoltas do trabalhador, agora “operário massa”. Uma vez que o mesmo mecanismo que oprimiu e desqualificou tecnicamente o trabalhador, por meio do parcelamento do trabalho e hierarquização dos processos, também criou condições para a construção de uma nova sociabilidade, que no final dos anos de 1960, questionou o próprio controle social de produção. Para Antunes (1999, p. 41),

Se o operário-massa foi a base social para a expansão do ‘compromisso’ social-democrata anterior, ele foi também seu principal elemento de transbordamento, ruptura e confrontação, da qual foram forte expressão os movimentos pelo controle social de produção no final dos anos de 1960.

Isso significa que se para os trabalhadores, presentes na implementação do pacto, as bases do compromisso keynesiano foram até importantes, pois permitiu-se o acesso a melhores condições de vida e proteção social (pelo menos a países de Primeiro Mundo) para a geração de trabalhadores contemporâneos ao pacto, tais medidas não eram mais prioridade, pois, não pretendiam “perder sua vida para ganhá-la: a trocar o trabalho a uma existência desprovida de sentido pelo simples crescimento de seu poder de compra, privando-se de ser por um excedente de ter” (ANTUNES, 1999, p. 42).

Nesse contexto emerge o modelo de produção Toyotista, caracterizado por ser flexível, horizontalizado, percebeu o capital que seria muito mais lucrativo envolver o trabalhador no processo produtivo, antecipando os defeitos, criando

processos mais otimizantes de trabalho, do que simplesmente coibir sua capacidade intelectual, privando-lhe a criatividade e a iniciativa (ANTUNES, 1999).

Quadro 1
Estágios do Estado de Bem Estar Social

Estágios do Welfare State	Experimentação (1870 – 1920)	Consolidação (1930-1940)	Expansão (1950-1960)	Reformulação (1970 - ?)
<p>Economia Fatos</p> <p>Reações</p>	<p>Difusão internacional de um ciclo de negócios. Deslocamento da industrialização.</p> <p>Alívio de tensões através de exceções <i>ad hoc</i> quanto às leis da economia política.</p>	<p>Depressão. Planejamento de Guerra. Destruição Reconstrução Com austeridade.</p> <p>Integração das despesas sociais com as doutrinas de administração da demanda.</p>	<p>Crescimento econômico sustentado e surpreendente. Compromisso com o pleno emprego.</p> <p>Crescimento humano como solução para <i>tradeoffs</i> econômicos.</p>	<p>Combinação inesperada de recessão e inflação.</p> <p>Medidas <i>ad hoc</i> para subordinar a política social a uma nova consciência de escassez</p>
<p>Política Fatos</p> <p>Reações</p>	<p>Movimentos de trabalhadores. Extensão do sufrágio.</p> <p>Crescimento dos partidos de massa. Inovações políticas de modo a acomodar princípios liberais, conservadores e socialistas.</p>	<p>Descrédito dos oponentes ao governo nacional.</p> <p>Governos em guerra. Consenso na reconstrução pós-guerra</p>	<p>Disputa política e competição de grupos por crescimento “indolor”</p> <p>Declinante necessidade de compromisso político e de construção de consenso. Ideologia do “fim da ideologia”</p>	<p>Indiferença política. Volatilidade eleitoral. Descrença em apelos tradicionais.</p> <p>Competição para reduzir expectativas e evitar impopularidade. Ataques neoliberais a impostos, gastos e burocracia.</p>

Política Social				
Fatos	Inovação e volatilidade dos programas. Argumento “Constitucional” sobre problemas de limites da política social	Unificação dos experimentos anteriores.	Preenchendo lacunas e ampliando os <i>approaches</i> herdados.	Reabrindo as questões “constitucionais”. Inadvertida ampliação dos limites da política social.
Conteúdos	Distribuição de benefícios para os pobres e para a classe trabalhadora. Criação de seguro social.	“Remédios” para riscos compartilhados por todos os cidadãos.	Compensações para preservar crescentes padrões de vida. Luta por acesso a parcelas relativas do crescimento.	Reduções marginais nos gastos. Meios substitutos de baixo custo para alcançar algumas metas sociais.
Valores	Esforços para reconciliar liberdade, igualdade e segurança.	Demonstrações de que os três valores são mutuamente reforçadores.	Negação de que as escolhas de valores importantes estejam em jogo perigo.	Novo reconhecimento de trágicas escolhas. Busca de relações de soma-positiva.

Fonte: Silva (2007).

Entretanto, essa mudança no padrão de produção de manual para mecânica originou outro fenômeno no centro do mundo do trabalho, a reestruturação produtiva, implantando dentro do mundo administrativo e industrial a concepção de renovação tecnológica e gerencial. Essa última priorizando o enxugamento dos quadros funcionais para a redução de custos e propagando o ideário tecnológico, demarcando o fim do Estado de Bem Estar Social.

Desponta nessa fase a ideologia neoliberal, enquanto uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista ou de bem-estar, sendo o seu expoente maior os postulados de Hayek, o qual se posicionava contrário a qualquer limitação aos mecanismos de mercado pelo Estado (SILVA, 2007).

Para os neoliberais, as raízes da crise do capitalismo não residiam na desigualdade estabelecida pelo capital, mas no avanço dos sindicatos e do movimento operário, com suas reivindicações sobre salários, o que corroía as bases de acumulação das empresas, além de exercer uma pressão parasitária sobre o Estado. Era, portanto, necessário (conforme a perspectiva neoliberal) a existência de um Estado forte, capaz de romper o poder de sindicatos, mas fraco o suficiente quando se tratava de gerir gastos sociais e de intervir na vida econômica. Minimizar o Estado tornou-se uma das principais preocupações e bandeira do pensamento neoliberal. Segundo Paulo Netto (1999, p. 82),

[...] reduzi-lo em seu tamanho, papel e funções em prol do mercado, que se constitui no melhor e mais eficiente mecanismo de alocação de recursos, trata-se da construção de um Estado mínimo para responder às demandas da classe trabalho e máximo para atender aos interesses do capital.

No entanto, ainda que o Estado seja o centro explícito do ataque neoliberal, o que se pretendia mesmo era o desmonte e a desarticulação de qualquer forma de regulação que contenha o mercado. Assim, enquanto no modelo keynesiano assistia-se a tentativa de, a partir do pacto social, construir políticas redistributivas (pelo menos nos países Centrais), no padrão neoliberal vê-se a forma despóticas de poder, produzindo a aceitação da exclusão e sua apresentação como um problema conjuntural, sem causas estruturais. Movimentos estes que consolidaram a necessidade de ajuste do Estado, este

entendido como obsoleto, burocratizado, grande demais e ineficiente para gerir os recursos públicos.

Neste contexto o cerne da necessidade de ajuste está na política macroeconômica, que se estabelece sobre três patamares fundamentais: redução dos gastos públicos (fim do welfare state), realocação de recursos necessários ao aumento de superávites na balança comercial e reformas visando aumentar a eficiência do sistema econômico como um todo. A estabilização monetária, portanto, deve-se configurar como objetivo último do governo (PAULO NETTO, 1999).

É fácil deduzir, assim o lugar das políticas públicas neste Estado de corte neoliberal nos anos de 1990. Elas tornaram-se focalistas, pontuais, compensatórias, sem orçamento suficientes (YASBEK, 2003).

Entre as políticas sociais a de maior importância para a abordagem deste estudo é a voltada para trabalho e renda, por administrar os problemas relacionados a questão de empregabilidade e enfrentamento da desigualdade através da eliminação do desemprego.

Como política de trabalho e renda se entende o conjunto de programas legais, como seguro desemprego, Programa de Integração social (PIS), Programa de Formação do Patrimônio Público (PASEP) ou projetos focais como programa nacional de estímulo ao primeiro emprego para juventude (PNPE); economia solidária e o programa nacional de qualificação (quadro 3) relacionados a iniciativa pública com intuito de proteção ao trabalhador. Entretanto a exemplo do exposto acima, a referida política tem passado por sérios problemas em âmbito nacional. Como exemplo pode se citar o caso do Programa Nacional de Qualificação, destinado a qualificação profissional de trabalhadores desempregados ou em processo de desemprego, que devido a problemas de corrupção teve seu público e recursos reduzidos, passando a focar em especial o trabalhador urbano. Segundo o relatório políticas de emprego, trabalho e renda no Brasil: desafios à montagem de um sistema público, integrado e participativo, (IPEA, 2006, p. 14-15) tem-se:

É nesse contexto que se criou, em 1995, o Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor), elaborado pelo Ministério do Trabalho por meio da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. Seu objetivo consistia em

aumentar a oferta de educação profissional, de forma que atingisse, anualmente, pelo menos 20% da População Econômica Ativa (PEA). O público-alvo seria composto por desempregados, trabalhadores formais e informais, micro e pequenos produtores urbanos e rurais, jovens à procura de emprego, jovens em situação de risco social, mulheres chefes de família, portadores de deficiência, dentre outros. Cabe ressaltar que, a partir dos investimentos em qualificação profissional, introduziu-se nas políticas de emprego a preocupação com grupos marginalizados e discriminados no mercado de trabalho. Embora o modelo de implementação do Planfor tenha representado uma importante experiência de descentralização nas políticas de emprego, os problemas de fraude encontrados no Distrito Federal, em 1999, revelaram problemas no controle do MTE sobre a aplicação dos recursos pelos estados.

Outro ponto salientado pelo relatório é que após as denúncias de corrupção, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), passou a responsabilidade para os Estados e municípios da administração dos recursos e autonomia para geri-lo, dessa forma os Estados tem priorizado a capacitação profissional para setores industriais ou de infraestrutura como a construção civil por exemplo. Ao setor rural, especificamente o trabalhador rural, muito pouco tem sido realizado. No estado do Paraná, onde se localiza a unidade pesquisada a concentração de recursos para qualificação profissional do trabalhador rural se limita ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) e os programas de extensão rural dirigidos pelo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), todos voltados ao pequeno produtor e não o trabalhador rural propriamente dito, foco deste estudo (IPEA, 2006).

Fatos este que demonstram o agravamento da “questão social” e a fragilidade das políticas sociais públicas para sua superação, graças a minimização do Estado através da política neoliberal, o trabalhador nesse processo é apenas mais uma engrenagem da máquina, que pode ou não se manter ativo, isso depende do interesse do capital.

O Caminho Percorrido

Tendo como base o objetivo desse trabalho percorreu-se o seguinte caminho metodológico. Inicialmente foi delimitado o tema, a unidade pesquisada e os sujeitos da pesquisa. Definido isto, passou-se para segunda fase, através de resgate teórico da agroindústria canavieira e das categorias centrais deste estudo. Utilizou-se de pesquisa bibliográfica em fontes primárias e secundárias escritas, contemporâneas e retrospectivas, meios audiovisuais; publicações administrativas, documentos, arquivos privado e em especial dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social (IPARDES). Recorrendo, para o embasamento teórico a autores das áreas de administração, economia, Ciências Sociais e Serviço Social.

Nossa análise, portanto, assentou-se na atuação e dados concretos da unidade pesquisada o qual foi dividido em dois segmentos. O primeiro deles referente às transformações tecnológicas no setor sulcroatóoleiro, através da investigação nas áreas: agrícola e industrial, para desenhar o quadro de reestruturação que a cooperativa perpassa. E, o segundo nos reflexos socioeconômicos atribuídos aos trabalhadores e aos municípios de Bom Sucesso, Jandaia do Sul e Marumbi, demonstrando aspectos como dependência econômica por parte desses a cooperativa e as influências no campo social com a efetivação da mecanização sem a absorção da demanda

Quadro 2

Principais programas federais de emprego, trabalho e renda no Brasil

Nome	Descrição	Ano de início
Abono salarial	Benefício no valor de um salário mínimo anual, assegurado aos empregados que percebem até dois salários mínimos de remuneração mensal, desde que cadastrados há cinco anos ou mais no PIS/Pasep e tenham trabalhado pelo menos trinta dias em um emprego formal, no ano anterior.	1989 (1970 para contas individuais)
Intermediação de mão-de-obra/Sine	Captação de vagas nas empresas e encaminhamento de trabalhadores em busca de emprego.	1977
1977 Seguro-desemprego	Assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, em virtude da dispensa sem justa causa. Concedido em parcelas mensais, que variam de três a cinco, dependendo do número de meses trabalhado nos últimos 36 meses, para um período aquisitivo de 16 meses, ou seja: <ul style="list-style-type: none"> • três parcelas, se trabalhou pelo menos seis dos últimos 36 meses; • quatro parcelas, se trabalhou pelo menos doze dos últimos 36 meses; • cinco parcelas, se trabalhou pelo menos 24 dos últimos 36 meses. 	1986: trabalhador formal 1992: pescador artesanal 2001: trabalhador doméstico 2003: trabalhador resgatado
Qualificação profissional	Oferta de cursos de qualificação profissional para trabalhadores desempregados ou em risco de desemprego e microempreendedores.	1995
Geração de emprego e renda	Concessão de crédito produtivo assistido a micro e pequenas empresas, cooperativas e trabalhadores autônomos.	1995
Primeiro emprego para Juventude	Promoção do ingresso do jovem no mundo do trabalho por meio de qualificação profissional, estímulo financeiro às empresas contratantes, parcerias para contratação de aprendizes e apoio à constituição de empreendimentos coletivos pelos jovens.	2003
Economia solidária	Apoio à formação e divulgação de redes de empreendimentos solidários, pelo fomento direto, mapeamento das experiências e constituição de incubadoras.	2003

Fonte: IPEA (2006)

de trabalhadores excluídos do processo agrícola e indústria da agroindústria canavieira.

Desse modo, foi realizada pesquisa de campo, a qual ajudou a pesquisadora a “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não tem consciência, mas que orientam seu comportamento” (LAKATOS, 1996). O instrumento utilizado para a coleta de dados, foi entrevista semi-estruturada, através de um roteiro previamente preparado para a orientação durante a entrevista, utilizando gravador, mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Quanto à busca dos dados relativos à produção sucroalcooleira do Brasil e do estado do Paraná, foram essenciais os levantamentos feitos nos Anuários Açucareiros do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e os dados disponíveis no sítio da ÚNICA e da ALCOPAR, contendo os indicadores relativos a várias safras de cana da região, no qual foi possível precisar as conexões entre safra nacional, estadual e local.

Nesse contexto, os resultados mostraram que após a reestruturação produtiva da COOPERVAL, a região do Vale do Ivaí teve uma diminuição de 13% nos postos de trabalho voltados ao setor sucroalcooleiro, o que por sua vez refletiu no agravamento emigratório, principalmente em referência aos municípios de Bom Sucesso e Marumbi, os quais assistiram à redução de 50% de seu contingente populacional e, conseqüentemente, o arrefecimento do crescimento demográfico o qual apresentou coeficientes negativos de 1,6% em média, além da diminuição, nos últimos 10 anos, de cerca de R\$ 200 milhões, somente em salários. Resultados estes que demonstram a fragilidade sócio-econômica da região, a dependência da mesma em relação aos postos de trabalho da cooperativa e a necessidade de discutir formas de reabsorção dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- ALCOPAR. Associação dos Produtores de Álcool e Açúcar do Estado do Paraná (2008 a). **Histórico produção Brasil**. Disponível em: <http://alcopar.org.br/histprod_br/index.htm>. Acesso em: 10 nov. 2009..
- _____. **Histórico produção Paraná**. Disponível em: <http://www.alcopar.org.br/histprod_pr/indez.htm>. Acesso em: 10 nov. 2008.
- _____. **Relação unidades produtoras de açúcar e álcool do Estado do Paraná**. Disponível em: <<http://www.alcopar.org.br/associados/relacao.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2008.
- ANFAVEA. Disponível em: <www.alcopar.org.br>. Acesso em: 10 nov. 2008.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora UNICAMP, 1999.
- _____. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. Economia Solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita (Org.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2008. p. 90-160.
- BRAGION, Luiza. O Proálcool renasce. In: **Com ciência revista eletrônica de jornalismo científico**. <<http://www.comciencia.br/comciencia>>. Acesso em: 29 jun. 2007.
- CALÓGERAS, J. P. **Formação histórica do Brasil**. Série 5ª. Biblioteca Pedagógica Brasileira. v. 42. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. 511p.
- CANAL. **O Jornal da Bioenergia**. maio/jun. 2007. Ano 1 nº. 10
- CASTEL, Robert. **A insegurança social**: o que é ser protegido? Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Panorama social da América Latina**. Santiago do Chile: Nações Unidas, 2006.

CODRIM, G. **História do Brasil para uma geração consciente**. 4. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1985. 176p.

CORREA, Cristiane. O clã do Etanol. **Exame**, São Paulo, v. 41, n. 899, p. 20-27, ago. 2007.

EID, Farid. Progresso técnico na agroindústria Sucroalcooleira. In: **Revista Informações Econômicas**. São Paulo, v. 26, n. 5, maio 1996.

FERREIRA, Enéas Rente. **A formação da região canavieira de Araraquara: o papel do Estado e das agroindústrias do açúcar e do álcool**. (Tese de Doutorado) Rio Claro, SP: Unesp, 1987.

FIGUEIRA, Sergio Rangel. **Os programas de álcool como combustível nos EUA, no Japão e na União Européia e as possibilidades de exportação do Brasil**. (tese de doutorado). Piracicaba, SP: USP/Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2005.

FREDO, Carlos Eduardo (org.); BAPTISTELLA, Celma da Silva Lago; VEIGA, José Eduardo; VICENTE, Maria Carlota Meloni; SILVA, Valquíria da. **Recursos humanos no setor sucroalcooleiro do Estado de São Paulo 2006-2007**. Apresentação Oral no XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Jul. 2008.

FURTADO, Celso. **Em busca de um novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002.

GARCIA, Sérgio Ney Padilha. **A rentabilidade da cadeia de suplementos vista estrategicamente a partir da margem de contribuição: o caso da indústria de álcool combustível no Estado de São Paulo**. (Dissertação de Mestrado). São Carlos, SP: USP/Escola de Engenharia de São Carlos, 2005.

GOULART, A. P. F. **Greve de Guariba – 1984: quem são e como vivem os trabalhadores do corte de cana vinte anos após o conflito**. Monografia (Graduação) IE – Faculdade de Educação São Luís – Jaboticabal, SP, 2005. 61p.

GRAVE, Fátima. Trabalho, desemprego e Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 69, Ano XXIII, mar. 2002, Cortez. p. 73-106.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. São Paulo: IPEA, 2002.

HIRATA, H. Novos modelos de produção, qualidade e produtividade. In: DIEESE: **Seminários e Eventos**. n. 1, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

_____. **Trabalho e Indivíduo Social**: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. São Paulo, Cortez, 2001.

_____. A questão social no capitalismo. In: Temporalis: **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS**. Ano II, nº 3. jan./jun. 2001. Rio de Janeiro, 2001. p. 09 a 32.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1996.

IMDH. Instituto de Migrações e Direitos Humanos. **Relatório de Migração Ano 2006**. Disponível em: <<http://www.migrantes.org.br>>. Acesso em: 10 set. 2008.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnóstico socioeconômico do território Vale do Ivaí Estado do Paraná**. Disponível em: <<http://www.ipardes.org.br>>. Curitiba, 2008.

KLIKSBERG, Bernardo. **Desigualdade na América Latina: o debate adiado**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

LIMA, Éderson Prestes Santos. O neoliberalismo no Paraná: um resgate histórico In: **Revista de História Regional**. n. 11(1), Curitiba, 2006, p.109-124.

MANO, Cristiane. O Executivo mais verde do mundo. **Exame**, São Paulo, v. 42, n. 914, p.26-31, mar. 2008.

MARCONATO, Mariane Silva.; SANTINI, Giuliana Aparecida. **Alternativas para a geração de energia renovável no Brasil: a opção pela Biomassa**. Apresentação Oral no XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Jul. 2008.

MARX, Karl. **O Capital, crítica da economia política**. v. 1, Livro 1. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1989.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARX, K.; ENGELS, F. **Textos sobre Feuerbach**. São Paulo, Editora Sociais, 1977.

MATHIAS, H. G. **História do Brasil**. v. I. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1972. 2.256p.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e a Miséria. **Política Nacional de Assistência Social**, Brasília- DF, 2005.

MÉSZARÓS, Istvan. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2003.

MÜLLER, Mary Stela. **Norma e padrões para teses, dissertações e monografia**. 6. ed. rev. e atual. Londrina: Eduel, 2007.

OLIVEIRA, Maria Elizete e NETO, Wenceslau Gonçalves. “**Proálcool: Alternativa ao Petróleo?**” (1975-1980).

PAIVA, Luciana. A Máquina transforma os canaviais. **Canal Mix**, Ribeirão Preto. v. 2, n. 14, p. 22-30, maio 2009.

PAULO NETTO. José. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. In: *Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social* – ABEPSS. Ano II, nº 3. jan./jun. 2001. Rio de Janeiro. 2001. p. 41-50.

_____. Transformações societárias: notas para uma análise prospectiva e perspectiva da profissão no Brasil. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. n. 50, São Paulo, Cortez, 1999.

PEREIRA. Potyara A. P. Questão social, serviço social e direitos de cidadania. In: *Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social* – ABEPSS. Ano II, nº 3. jan./jun. 2001. Rio de Janeiro. 2001. p. 51-61.

POCHMANN, Marcio.; CAMPOS, André.; AMORIN, Ricardo.; RONNIE Silva (org.). **Atlas da exclusão social no Brasil – v. 2: dinâmica e manifestação territorial**. Editora Cortez. São Paulo, 2003.

RAMOS, Dulcinéia A. Rissati. SOUZA, José Gilberto de. **As transformações do setor sucroalcooleiro e seus impactos na composição orgânica do capital: uma análise do setor no Município de Sertãozinho – SP**. Jaboticabal, SP: UNESP, s.d.

SANTOS, Boaventura de Souza Santos (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis. **A evolução diferenciada da agroindústria canavieira no Brasil de 1975 a 1995**. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Piracicaba, SP: USP, 1997.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis.; ALVES, Lucilio Rogério Aparecido. Panorama estrutural, dinâmica de crescimento e estratégias tecnológicas da agroindústria canavieira paranaense. In: **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 11, n. 2, dez. 2001. p. 123-150.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis.; SOUZA, Elvanio Costa de.; DAHMER, Vanessa de Souza. Agroindústria canavieira e desenvolvimento local: o caso da Usina USACIGA no município de Cidade Gaúcha-PR. In: **Revista de Economia e Agronegócio**. v. 6, n. 1. p. 133-156.

SILVA, Maria Aparecida Moraes (org.). “Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas”. In: ANTUNES, Ricardo. **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

SOARES, Rita de Cássia Murta Rocha “**A particularidade da responsabilidade social no setor sucroalcooleiro de Alagoas**” (Dissertação de Mestrado) Curso de Pós-Graduação em Serviço Social Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

SPOSATI, Aldaíza. **A assistência social brasileira: descentralização e municipalização**. São Paulo: EDUC, 1990.

TEICH, Daniel Hessel. Califórnia, não. Texas, **Exame**. São Paulo, v. 41, n. 899, p. 31-33. ago. 2007.

TEIXEIRA JUNIOR, Sérgio. Em Busca do Carro do Futuro. **Exame**. São Paulo, v. 42 n. 910, p. 20-30, jan. 2008.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os (nós) da cana (uma contribuição ao entendimento da relação capital x trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista)**. São Paulo: FFCLH/USP (Tese de Doutorado), 1996.

ÚNICA. União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (2008). **Produção Brasil**. Disponível em:

<<http://www.portalunica.com.br/referencia/estatisticas.jsp>>. Acesso em: 10 nov. 2008.

VIANNA, H. **História do Brasil**. v. 1. Período Colonial. Tomo I. 4. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos. 1966. 227p.

WOLFF, Simone. **O espectro da reificação em uma empresa de telecomunicações**: o processo de trabalho sob os novos parâmetros gerenciais e tecnológicos. Campinas, SP: [s. n.], Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/USP (Tese de Doutorado), 2004.

_____. **Informatização do trabalho e reificação**: uma análise à luz dos programas de qualidade total. Campinas, SP: Editora Unicamp, Eduel, 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: Temporalis: **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social** – ABEPSS. Ano II, nº 3. jan./jun. 2001. Rio de Janeiro, 2001. p.33-40.